

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2020**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2020**  
**PROCESSO Nº 0325-0038/2020**

**TERMO DE CONTRATO Nº 015/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS E A SR(A) DEBORA JANE ALMEIDA VIANA.**

**CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça 19 de Setembro, nº 101, Centro, Cacimbinhas, Estado de Alagoas, CEP. 57.570-000, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 12.227.971/0001-58**, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Prefeito **HUGO WANDERLEY CAJU**, portador da carteira de identidade RG nº 1.615.401 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 049.250.874-79, residente e domiciliado na Praça José Caetano de Moraes, 127, Centro, Cacimbinhas/AL, CEP 57.570-000;

**CONTRATADA: A Sr(a) DEBORA JANE ALMEIDA VIANA**, brasileira, casada, artesã, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.810.391-05 e inscrita do RG de sob o nº 43637477 SSP/AL, e residente e domiciliada na Av. Vicente Nunes de Albuquerque, nº 350, CEP 57.311-250, Bairro Caititus, Arapiraca - Estados de Alagoas.

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo nº 0325-0038/2020 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato de pessoa física para prestação de serviços de confecção de EPI – (equipamento de proteção individual) protetor facial com viseira em acetato incolor de 30mm, base confeccionada em maquina 3D em PLA, regulador com elástico, tendo em vista a proteção dos profissionais de saúde em decorrência da pandemia do COVID-19 (CORONA VIRUS), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2. ITEM	PRODUTOS	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços para confecção de EPI – (equipamento de proteção individual) protetor facial com viseira em acetato incolor de 30mm, base confeccionada em maquina 3D em PLA, regulador com elástico, tendo em vista a proteção dos profissionais de saúde em decorrência da pandemia do COVID-19 (CORONA VIRUS).	UND.	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00

**VALOR GLOBAL R\$**

**2.000,00**

### 3. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 3.1. Este Termo de Contrato tem prazo de vigência de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

### 4. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 4.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).  
4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 5. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ORIGEM DOS RECURSOS
11.0100.10.122.00012.006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
11.0100.10.122.00016.020	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUS;
11.0100.10.301.00013.001	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – (PAB – FIXO);
11.0100.10.302.00013.003	MAC TETO MUNICIPAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
ELEMENTO DE DESPESA (1): 33.94.30 – MATERIAL DE CONSUMO;	

### 6. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será realizado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

### 7. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 7.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.  
7.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 8. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. O prazo de entrega dos bens será efetuado do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviços, em parcela única, no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.  
8.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de **05**

**(cinco) dias úteis**, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **9. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

- 9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **10. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 10.1. São obrigações da Contratante:
- 10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
  - 10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;
  - 10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.
- 10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.3. São obrigações da Contratada:
- 9.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 9.3.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantitativos, prazo e local constantes neste contrato e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.3.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.3.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.3.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;
- 9.3.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.3 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:
  - 10.3.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 10.3.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 10.3.3 Fraudar na execução do contrato;
  - 10.3.4 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 10.3.5 Cometer fraude fiscal;
  - 10.3.6 Não mantiver a proposta;
  - 10.3.7 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
  - 10.3.8 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei e nos respectivos instrumentos contratuais;

- 10.3.9** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- 10.4 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas no Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 10.5 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.5.1** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.5.2** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 10.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

- 11.3 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.5 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.6 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.6.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.6.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.6.3** Indenizações e multas.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.3 É vedado à Contratada:

12.4 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**12.4.1** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.3 Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.3 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.3 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Cacimbinhas – AL.

Cacimbinhas/AL 06 de abril de 2020.

-----  
HUGO WANDERLEY CAJU  
Prefeito

-----  
DEBORA JANE ALMEIDA VIANNA LINS  
CPF/MF 014.810.391-05  
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

CPF/MF:

2ª Testemunha:

CPF/MF:

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DO CONTRATO P.M.C Nº 015/2020/PMC  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2020**

**OBJETO:** contratação de empresa especializada para aquisição de IPI'S (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) médico hospitalar para os profissionais de saúde diretamente ligados no combate ao COVID 19, conforme discriminação constante na Proposta da Contratada do ofício oriunda da Secretaria Municipal de Saúde. **CONTRANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.227.971/0001-58, com sede administrativa na Praça 19 de Setembro, nº 101, Centro, Cacimbinhas, Estado de Alagoas, CEP. 57.570-000. **CONTRATADA:** DEBORA JANE ALMEIDA VIANA, inscrita no CPF/MF Nº 014.810.391-05, residente na Av. Vicente Nunes de Albuquerque, nº 350, Bairro Caititus, Arapiraca (AL), CEP 57.311-250, no Valor Total de **R\$ 2000,00 (dois mil reais)**. Vigência do Contrato: 60 (sessenta) dias. DATA DE ASSINATURA: 06 de abril de 2020.

Cacimbinhas/AL, 06 de abril de 2020.

**Hugo Wanderley Caju**  
Prefeito

**ATESTADO DE PUBLICAÇÃO:** Atesto que o AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO acima foi publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal de Cacimbinhas/AL, durante 05 (cinco) dias da referida data.

**EDSON ALVES RIBEIRO**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



CONSTRUINDO O FUTURO!